

# Cidades.

## Mulher de Algodão em escola

Coordenadora de escola de Vitória é acusada de ter intimidado alunos com fantasia da "lenda urbana" para evitar que não fossem ao banheiro. *Página 11*

EDITORA:  
**ANDRÉA PIRAJÁ**  
apiraja@redgazeta.com.br  
Tel.: 3321.8446  
agazeta.com.br/cidades  
gazetacidades

## TRABALHO ILEGAL

## MAIS DA METADE DOS

## MILITARES FAZ BICOS

Atuar como segurança no comércio ajuda a aumentar a renda

CLÁUDIA FELIZ  
cfeliz@redgazeta.com.br

Pelo menos 60% dos praças – principalmente soldados e cabos –, que constituem o efetivo de 8,3 mil homens da Polícia Militar do Espírito Santo, fazem “bico”, nome dado popularmente ao trabalho de segurança privada, em dias de folga, feito de forma clandestina. O índice é estimado pelo presidente da Associação de Cabos e Soldados da PM capixaba, Flávio Gava.

O “bico” é uma forma de o militar aumentar sua renda mensal. E o próprio Flávio Gava diz que essa necessidade é suprida com uma forte demanda de mercado. “Com o nível da segurança pública que temos, não falta quem queira contratar um profissional para garantir proteção, principalmente, de patrimônio”, diz ele.

Por hora trabalhada nesse mercado paralelo e ilegal, um militar de baixa patente recebe um total de R\$ 20. Se trabalha durante 12 horas por semana, numa jornada de seis horas por dia, o profissional, em um mês, recebe pela realização do “bico” R\$ 960. O valor corresponde a 44% da remuneração básica mensal paga pelo governo a um soldado no início da carreira.

Muitos praças atuam em portas de estabelecimentos comerciais protegendo vidas e patrimônio. Ninguém assume, mas há os que atuam armados. Com a proximidade das festas de fim de ano, e aumento do fluxo de pessoas

nas ruas em decorrência do movimento no comércio, as oportunidades de “bico” aumentam.

Gava, no entanto, diz que, se o policial quiser, terá trabalho garantido o ano inteiro. “Quem quer tem trabalho facilmente.” Ele faz questão de explicar que sua categoria quer mesmo é ser melhor remunerada, para evitar que os profissionais troquem seus dias de descanso por um trabalho extra em que o risco é constante.

O presidente da associação dos praças diz que a categoria quer que o governo anexe aos salários o valor referente às escalas especiais – quatro por mês, com jornada de seis horas cumpridas nos dias de folga (informações na página 4) – e garanta reajuste de 22%.

Os militares participarão de assembleia geral no Campo do Caxias, em Vitória, no próximo dia 27. E esperam avaliar uma contraproposta salarial do Estado.

### Em 2010, militar morto em ação

Um policial militar reformado foi morto quando fazia trabalho de segurança numa casa lotérica do Centro de Vitória, em agosto de 2010. Vanderli Santana, 57 anos, foi atingido por três tiros quando levava malote para ser depositado em banco. Um dos criminosos chegou a se refugiar numa ótica, onde fez 15 reféns.



José (nome fictício) afirma que vários colegas fazem o serviço particular

## Ex-PM: “Para pagar escola e plano de saúde, só com extra”

“O que eu ganhava como segurança era uns 40% do salário da PM. Tinha que me virar se quisesse pagar um plano de saúde e escola para o meu filho”. O depoimento é de José (nome fictício), excluído da corporação depois de 15 anos de serviço, por fazer bico como segurança nas folgas.

José conta que conciliou os dois serviços por menos de um ano e sabia que a prática não era aceita, porém, diz que é algo comum na corporação. “Muita gente faz”, diz

Ele agora tenta reverter a exclusão na justiça e administrativamente. “Me senti humilhado quando sai”, minha ficha não me desabonava. Tinha mais de 30 elogios”, desabafa.

### COMÉRCIO

Em vários bairros da Grande Vitória, PMs trabalham como seguranças, no entanto, eles não admitem. Em Jardim Camburi, por exemplo, uma comerciante que não quis se identificar admitiu que várias lojas pagam em média R\$ 150 para três policiais

fazerem segurança.

Outra comerciante, de 29 anos, conta que ficou sabendo do “serviço” depois que foi assaltada. “Quando fui fazer a ocorrência um policial fardado me deu um cartão com o número dele e ainda disse que quem era parceiro praticamente não era assaltado. Disse até que se eu pagasse eles e os amigos passariam mais vezes na viatura”, admite ela, que mudou de ramo e não contratou o serviço. (Elton Lyrio)

CONTINUA pág. 4

### OPINIÕES



“Se o PM está na folga e precisa fazer isso é porque não está ganhando bem. Deveria ser permitido. É mais seguro um PM treinado do que um amador”

FERNANDO GIESTAS  
COMERCIANTE



“Hoje eu não contrato segurança particular porque não preciso. Mas se fosse permitido eu contrataria, sim, policiais porque eles são bem preparados”

BRUNO PENNA  
COMERCIANTE

## EM DOIS ANOS

# 18 policiais punidos por trabalho extra

**A prática de “bico” constitui transgressão militar; punição vai de advertência a reforma**

CLAUDIA FELIZ  
cfeliz@redgazeta.com.br

De 2011 até agora, a Polícia Militar do Espírito Santo já puniu 18 militares por prática de “bico”, que constitui transgressão militar. Por lei, militares da ativa são proibidos de atuar como sócios, na administração ou gerência de sociedade comercial, mas a eles é permitido ser acionista ou cotista em sociedade anônima, ou por cotas de responsabilidade limitada.

Na PM, a punição administrativa vai de simples advertência até detenção de sete dias. Já

Artigo 204 do Código Penal Militar prevê suspensão do exercício do posto, de seis meses a dois anos, ou reforma.

## GANHO LEGAL

O subsecretário de Gestão Estratégica da Secretaria de Estado da Segurança, tenente-coronel Gustavo Debortoli, explica que, para obter um ganho além da sua remuneração, policiais podem trabalhar nos seus dias de folga sem que tenham que agir de forma irregular.

A forma legal se dá por meio das escalas especiais, que os militares podem cumprir de forma voluntária. Regulamentada por lei em 2007, mas criada desde o governo Vitor Buaiç, em 1998, nela o militar atua de acordo com a

necessidade de serviço.

As escalas especiais têm jornada mínima de 6 horas, no segundo ou no terceiro dia de folga dos militares, que possuem três tipos de escalas regulares e contínuas: trabalham 12 horas e folgam 24; trabalham 12 e folgam 48, e trabalham 12 horas e folgam 72 horas.

Uma outra forma de o policial receber por trabalho extra, mas específica para soldados, cabos e sargentos, é a Indenização Suplementar de Escala Operacional (Iseo).

Também cumprida de forma voluntária, a Iseo foi criada pelo atual governo e é prevista em situações de notória relevância, como distúrbios civis, por exemplo.



CARLOS ALBERTO SILVA/ARQUIVO

**Lemos não acha justo que apenas oficiais possam atuar em segurança privada**

## “Impedir soldado de fazer ‘bico’ gera mercado para empresa privada”

Para o juiz de Direito e professor da Faculdade de Direito de Vitória, Carlos Eduardo Lemos, não é justo que ao mesmo tempo que a legislação permite que um oficial atue na segurança privada como sócio e cotista de empresa, um soldado seja perseguido e punido por estar em atividade “ilegal”, como é considerado o “bico”.

No dia 10 deste mês, o juiz publicou um artigo em A GAZETA, no qual citou o modelo americano, dizendo que lá “o bico é legalizado e estimulado, inclusive com autorização do Estado, para que policiais na folga usem a viatura policial, armamento e farda na atividade”.

“Não dei a sugestão do modelo americano como

—  
“Não posso concordar com perseguição aos soldados que, com salários menores, fazem os bicos”

CARLOS EDUARDO LEMOS JUIZ

sendo a melhor, mas a realidade atual tem que ser mudada. O Estado vai aumentar os salários? O que não posso concordar é com a perseguição somente dos soldados que, com salários menores, fazem os bicos como seguranças”, diz Lemos.

Ele ressalta que é pre-

ciso repensar o quadro atual, “de policiais trabalhando honestamente mas na clandestinidade” e com risco de serem punidos.

E acrescenta: “Seria ético oficiais atuarem na segurança privada através de firmas de seguranças, como sócios, cotistas ou com parentes sócios, como ouvimos falar Brasil afora? Se um oficial comanda a segurança pública, se não tiver segurança as empresas de seu interesse serão contratadas e terão mais lucro. Isso seria ético?”.

Lemos afirma que não deixar o policial soldado fazer bico é gerar mais mercado para as empresas de segurança privada de oficiais. “Seria ético?”, insiste.

## REFORÇO NA REMUNERAÇÃO

### ▼ Escala extra

- Cumprida de forma voluntária pelo policial, em dias de folga da escala formal de trabalho

- Jornada mínima de seis horas, no segundo ou terceiro dia de folga do policial

- São previstas quatro escalas extras mensais - Para um soldado com um ano de serviço

representa um ganho mensal de R\$ 650,18 - Para um coronel em início de carreira, R\$ 2.221,00/mês

### ▼ Indenização Suplementar de Escala Operacional (Iseo)

- Também cumprida de forma voluntária, em dias de folga - Aplicada pela Polícia

Militar apenas para atividades estritamente necessárias

- São previstas quatro escalas de Iseo de 6 horas cada, por mês - Cada escala operacional é remunerada com 80 VRTE (Valor de Referência do Tesouro Estadual), o que totaliza R\$ 190,56

## POLÊMICA

# Senado adia votação de maioria penal aos 16 anos

**Relatório de Ricardo Ferraço reduz idade criminal em casos graves, como tráfico**

Sem consenso, o Senado adiou novamente ontem a votação da redução da maioria penal. Houve pedido de vista coletiva na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde Ricardo Ferraço (PMDB-ES) apresentou relatório criando um meio termo: prisões em casos graves de crimes cometidos entre 16 e 18 anos.

Ferraço rejeitou outros projetos que tramitavam em bloco e acolheu somente emenda constitucional (PEC) de Aloysio Nunes (PSDB-SP). A proposta reduz a idade criminal para 16 anos em casos específicos, como crimes inafiançáveis (tortura, terrorismo, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e crimes hediondos) ou reincidência, desde que haja parecer do promotor da Infância e autorização do juiz de Infância e Juventude.

## IDAS E VINDAS

### Como é hoje

Um adolescente que comete crime pode ficar internado por, no máximo, três anos e até os 21 anos. O crime não fica registrado em seus antecedentes, mas a gravidade crescente dos delitos, inclusive com mortes, criou o movimento para reduzir a maioria.

### Polêmica

No Senado há propostas

radicais, como a de Magno Malta, que reduz a idade penal a 13 anos. Em tese, o relatório de Ferraço reduzindo a maioria a 16 anos em crimes graves volta à pauta na quarta, mas pode ser adiado para 2014. Uma mudança está longe de virar realidade: depende de PEC, que exige votação em dois turnos no Senado e na Câmara, onde o texto pode ser alterado.

“O Senado não pode se acovardar diante de questões polêmicas. Meu parecer é equilibrado, razoável, e aponta uma solução para a impunidade a que assistimos”, reiterou Ferraço.

Ao contrário de outros senadores, o capixaba entende que a redução da idade penal não fere cláusulas pétreas da Constituição nem direitos individuais. Esses são alguns argumentos de violação apresentados por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) em voto

em separado que a CCJ também vai analisar.

Também capixabas, Ana Rita (PT) e Magno Malta (PR) divergem. A petista tem restrições à redução porque não está clara, por exemplo, a tipificação de tráfico de drogas. “Vão prender o ‘aviãozinho’, em vez de pegar o traficante em potencial?”, indaga. Já Magno quer eliminar qualquer limite de idade para crimes hediondos. (Rondinelli Tomazelli)